

# O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM AMBIENTE VIRTUAL

**Brasília, maio/2011**

Sandra Mara Bessa Ferreira – Universidade Católica de Brasília [sandram@ucb.br](mailto:sandram@ucb.br)

Olga Cristina Rocha de Freitas – Universidade Católica de Brasília [olgac@ucb.br](mailto:olgac@ucb.br)

Samuel Brauer Nascimento – Universidade Católica de Brasília [samuelb@ucb.br](mailto:samuelb@ucb.br)

Educação Universitária

Nível Macro – Acesso, equidade e ética

Descrição de Projeto em Andamento

Experiência Inovadora

## **RESUMO**

*Esse artigo apresenta o desenvolvimento de uma proposta de ensino da Libras, por meio da educação a distância, fundamentada nos princípios da educação inclusiva, pois imbrica a inegável responsabilidade social da Universidade Católica de Brasília na proposição de soluções que contribuam para a integração social de todas as pessoas, especialmente no que diz respeito à formação de profissionais capazes de reconhecer seu papel nesse contexto. A metodologia adotada não só permite o acatamento legal da oferta da disciplina Libras nos cursos de graduação, mas amplia qualitativamente tal proposição do Estado, como pode ser verificado na percepção dos estudantes que avaliam a disciplina. Os resultados apontam um olhar positivo dos estudantes sobre a oferta da disciplina, o que abre possibilidades de reflexão das IES sobre o uso inovador de ambientes virtuais para inclusão social e atendimento à diversidade humana em nosso país.*

**Palavras-chave:** Libras; EaD; Inovação.

## **Introdução**

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio oficial de comunicação da comunidade surda brasileira (Lei 10.436/2002) trouxe consigo não apenas a instituição do status linguístico da Libras, mas, sobretudo, trouxe à visibilidade o indivíduo surdo como sujeito social. Ou seja, como um cidadão, com igualdade de acesso aos direitos civis e sociais, como educação, saúde, trabalho, e que também se diverte e consome.

Sendo um sistema estruturado, com regras e padrões complexos, a língua é uma tecnologia desenvolvida nas sociedades humanas, cuja apropriação pelo indivíduo torna-se imprescindível, especialmente como instrumento de acesso às relações sociais. Invariavelmente associada à comunicação e expressão do pensamento e ao registro de informações, a língua tem sua relevância acentuada como meio de difusão de informações e construção de conhecimentos. É por meio dela que se compreendem os direitos e deveres da vida em sociedade, que se apropria dos bens culturais, que se dissemina a história dos povos, seus hábitos e valores.

Se assim o é, o direito à cidadania da pessoa surda parece obstado. Integrante de uma comunidade de minoria lingüística, o surdo, pelo fraco desempenho na língua nacional de seu país, vive sob o rótulo da inferioridade cognitiva, sem autonomia e, por isso, com restrições às conquistas pessoais e sociais. O não-domínio da língua oficial, quer na modalidade oral, quer na escrita, em geral resultado de práticas de ensino inadequadas e do desconhecimento, por parte dos grupos lingüísticos majoritários, da língua e cultura da comunidade surda, têm sido, de longe, a “pedra no sapato” dessa população.

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2010), em 2005, havia, em todo o mundo, 278 milhões de pessoas com deficiência auditiva severa ou profunda, 80% delas vivendo em países que lutam para superar o subdesenvolvimento. No Brasil, o Censo de 2000, último com dados gerais consolidados, a deficiência auditiva era a terceira deficiência mais frequente no país com 176.066 incapazes de ouvir (surdos profundos), 860.889 com grande dificuldade permanente de ouvir e 4 milhões e setecentas mil pessoas com alguma dificuldade permanente de ouvir. No total são, aproximadamente, 3%

da população nacional. Desses ainda, apenas 580.218 frequentavam a escola e, dos que estavam inseridos no mundo do trabalho, metade recebia remuneração de, no máximo, dois salários mínimos (IBGE, 2000).

No Distrito Federal, a população de deficientes auditivos, no mesmo período, era de 58.477, dos quais 21.718 estavam na faixa etária compreendida entre 11 e 35 anos e, ainda, dos que se encontravam empregados, pouco mais da metade recebia até três salários mínimos. Desse total, 20,69% era analfabeta e apenas 17,06% frequentava a escola.

Os dados do Censo Escolar/INEP/2007 registram a matrícula de 64.150 alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica, enquanto os indicadores do Censo da Educação Superior/2005 apontam 2.428 alunos nas vagas universitárias (DUTRA, 2011).

Embora representem um avanço para a educação inclusiva, esses dados apontam, dentre outros aspectos, a difícil relação da pessoa surda com a educação formal, marco da sociedade contemporânea, apontada por um considerável atraso em todos os componentes curriculares em relação aos ouvintes, que resulta em um histórico de retenção nas séries da Educação Básica e na conseqüente evasão escolar (MEC, 2004). Evasão que tem como principal causa o desafio de terem de aprender conteúdos em uma língua que os surdos, em sua maioria, não dominam.

O artigo apresenta a necessidade de formação profissional na área e como a disciplina é organizada em ambiente virtual. Por fim, apresenta o contexto da pesquisa e desvela, na perspectiva dos estudantes, como se concretiza na prática a oferta da disciplina a partir da proposta apresentada.

### **Formação profissional: o ensino de LIBRAS no ambiente virtual**

Em parte, o problema apresentado introdutoriamente se justifica pelo fato de que a língua natural do indivíduo surdo, a língua de sinais, utiliza a modalidade viso-espacial (incluindo expressões faciais e movimentos do tronco) como forma de produzir proferimentos que expressem seu pensamento, diferentemente das línguas-pátrias que, via de regra, se apresentam nas

modalidades oral-auditiva e escrita. Para o surdo, a língua oficial do país é, conceitualmente, sua segunda língua.

Os surdos constituem, então, um grupo linguístico minoritário que vê e sente o mundo de maneira diferente dos ouvintes, gerando códigos e formas de organização social próprios e, portanto, uma cultura diferenciada (cultura surda ou do sinal).

No Brasil, como aporte às políticas de inclusão social e escolar da pessoa surda, a Lei 10.436/2002 reconhece a Libras como meio de comunicação primeiro entre as comunidades surdas e o decreto 5.626/2005 regulamenta a referida lei em aspectos relacionados à saúde e educação dos surdos. Nesse sentido, a língua portuguesa desempenha um papel coadjuvante (segunda língua), sendo requisitada apenas para registro. A necessidade de interferência do Estado nos processos inclusivos da pessoa surda atende a uma demanda crescente das comunidades surdas por acesso à informação e aos serviços e direitos básicos, como saúde, educação e trabalho, dentre outros.

Sensível às reivindicações do tempo e da sociedade presentes, em atendimento às determinações legais e, preocupada com a formação de profissionais competentes, humanizados e com aguçado senso alterário e inclusivo, a Universidade Católica de Brasília Virtual propõe a disciplina Língua Brasileira de Sinais - Libras, como componente curricular obrigatório para os cursos licenciatura em Filosofia e Pedagogia; bacharelado em Turismo e como optativo para os demais cursos de bacharelado e tecnológicos e, ainda, como curso de extensão.

Com formatação integralmente virtual, a disciplina apresenta conteúdos teóricos e práticos distribuídos em 60 horas a serem cursadas durante um semestre letivo. Os conteúdos teóricos abordam aspectos sócio-históricos da participação dos surdos nas sociedades e na educação formal, aspectos conceituais de identidade, cultura e comunidade surdas, além de aspectos sócio-antropológicos da surdez e da surdo-cegueira, etiologias, níveis de perda auditiva, acessibilidade e comunicação alternativa. Os conteúdos práticos abrangem desde o alfabeto dactilológico à construção frasal e de diálogos, compreendendo um conjunto lexical que permite uma comunicação básica entre surdos e ouvintes. As aulas práticas são apresentadas em vídeo e

as atividades avaliativas igualmente, sendo estas hospedadas em ambiente próprio, construído com tecnologia própria, de modo a garantir a qualidade e a privacidade da imagem do estudante. Ferramentas como fóruns de discussão e chats favorecem a interatividade e dialogicidade entre professor-aluno e aluno-aluno, mediando a construção do conhecimento e encurtando distâncias no ambiente virtual.

Aliada aos conhecimentos prévios do estudante, a contextualização de conteúdos favorece a construção do conhecimento, com criticidade, ratificando a crucialidade da disciplina como espaço de fomento das práticas inclusivas e de responsabilidade social. Essa construção do pensar inclusivo contribui efetivamente para a proposição de soluções às barreiras de toda ordem, quer físicas, educativas, relacionais, comunicativas ou, principalmente, sociais a que as pessoas com deficiência de um modo geral, por serem diferentes dos padrões socialmente aceitáveis, enfrentam em seu cotidiano.

Reafirma-se aqui o papel social da universidade, que, acompanhando o pensamento de Dias Sobrinho (2005), é espaço histórico de formação humana, de reflexão crítica, de produção e de socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e da dignidade humanas. Trata-se do exercício da função ética e política da educação superior que está para além da instrumentalização técnica e do treinamento de profissionais para o mundo de trabalho.

Nessa mesma linha de raciocínio, Demo (2005) enuncia também que a universidade tem o papel social de gerar saber sem perder de vista seu compromisso específico de servir ao social, mediante a construção do saber de qualidade, novo, inédito, que supera o saber tradicional, voltado exclusivamente à transmissão de técnicas e fórmulas. A universidade não pode ser neutra ou indiferente às transformações porque passa a sociedade, bem como às necessidades e demandas contemporâneas. Ao contrário, deve posicionar-se diante das políticas educacionais, de maneira a preocupar-se com a dimensão social, com a inclusão e com a qualidade da educação ofertada aos grupos minoritários que dela se aproximam (FERRAZ, 2008).

Assim, a oferta de Libras em ambiente virtual tanto para os cursos a distância quanto para os presenciais, evidencia uma intencionalidade atitudinal inserida na proposta de formação desses profissionais, voltada à compreensão

de que a língua é o principal componente do código cultural e identitário de um povo e que, por isso, o povo surdo, tanto quanto qualquer outra comunidade brasileira usuária de uma língua diferente do Português – caso dos indígenas e dos pomeranos, por exemplo, pertence à nação brasileira e exerce os mesmos deveres e goza dos mesmos direitos que qualquer cidadão do país.

### **Desvelando o ensino de LIBRAS em ambiente virtual: a percepção dos estudantes (metodologia, amostra, resultados)**

O estudo foi realizado com turmas ministradas no primeiro e segundo bimestres de 2010 e consistiu da avaliação do curso de Libras oferecido pela UCB Virtual, realizado totalmente a distância, via internet, com tutoria ativa e ferramentas de interação entre participantes. A duração prevista para realização do curso é de 60 horas, distribuídas em 4 meses. Para este estudo, utilizou-se a população de alunos inscritos no curso, composta de 124 matriculados em, aproximadamente, seis turmas virtuais, dos cursos de Pedagogia, Filosofia e Turismo. A amostra utilizada é composta de 26 participantes. Todas as turmas foram ministradas pelo mesmo profissional no exercício de tutoria.

São 18 itens fechados, que avaliam três dimensões: conteúdos do curso (7 questões), desempenho docente (2 questões) e auto-avaliação discente (7 questões). Tais itens foram respondidos com escala ancorada nas pontas, de 1 (um) a 10 (dez). O instrumento foi digitalizado e disponibilizado aos alunos via ambiente virtual de aprendizagem *moodle*. Todas as análises foram realizadas via *excell for Windows* e *SPSS (Statistical Package for Social Sciences) for Windows*.

Os dados coletados foram tabulados, categorizados e descritos em tabelas-síntese. A Dimensão 1 (D1) refere à avaliação dos conteúdos; a Dimensão 2 (D2) constitui a avaliação da ação docente, e a Dimensão 3 (D3), reflete a autoavaliação discente. Tais tabelas contêm medidas descritivas de médias, desvios-padrões, máximos e mínimos.

<b>RESULTADOS DESCRITIVOS SOBRE O CONTEÚDO DO CURSO</b>				
	<b>Média</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>Máx</b>	<b>Mín</b>

1. Os objetivos do curso são expressos de forma clara.	<b>9,2</b>	1,9	10	2
2. O material didático é bom. Contribui para minha aprendizagem.	9	<b>2,2</b>	10	2
3. O material impresso contribui para minha metodologia de estudo.	9	<b>2,2</b>	10	2
4. As discussões nos fóruns ajudam a compreender melhor o conteúdo e aprofundá-lo.	9,1	<b>2,2</b>	10	2
5. As atividades/exercícios e sistematização são coerentes com os objetivos do curso.	9,1	<b>2,2</b>	10	2
6. Os links para leituras e sites contribuem para meus estudos.	9	<b>2,2</b>	10	2
7. O conteúdo apresentado e atividades desenvolvidas são compatíveis com a carga horária do curso.	9,1	<b>2,2</b>	10	2

**Tabela 1: Resultados descritivos sobre o conteúdo do curso.**

Observando os itens da primeira dimensão avaliada, sobre conteúdos, destaca-se o item 1 cuja média é maior em relação às demais. Tal item versa sobre a clareza dos objetivos do curso. Apesar das médias elevadas, os itens de 2 a 7 da Tabela 1 apresentam desvios padrões consideráveis, revelando que há heterogeneidade nas avaliações de tais itens, devendo suas dimensões serem analisadas com parcimônia. Tais itens referem-se à qualidade do material didático, contribuição de material impresso para o estudo, aumento da compreensão de conteúdos via discussões em fóruns, coerência de atividades/exercícios de sistematização, contribuição dos links e sites sugeridos para estudo, compatibilidade de carga-horária com as atividades desenvolvidas no curso, respectivamente.

<b>RESULTADOS DESCRITIVOS SOBRE ATUAÇÃO DOCENTE</b>				
	<b>Média</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>Máx</b>	<b>Mín</b>
1. O(A) professor(a) guia o curso pelo Plano de Ensino.	<b>9,2</b>	2,2	10	1
2. O atendimento do(a) professor(a) foi cordial.	9	<b>2,5</b>	10	1
3. A interação professor(a)-aluno(a) contribuiu para minha organização no curso.	<b>9,1</b>	<b>2,3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
4. O(A) professor(a) indica fontes de pesquisa complementares sobre os temas do curso, quando solicitado.	<b>9</b>	<b>2,3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>

**Tabela 2: Resultados descritivos sobre a atuação docente.**

Apesar das médias elevadas, os quatro itens de avaliação de desempenho docente, a segunda dimensão (Tabela 2), apresentam desvios padrões consideráveis, revelando que há heterogeneidade nessas avaliações que, apesar de positivas, devem ser analisadas com parcimônia. Destaque para o item de maior média (9,2), sobre a execução do curso seguindo o plano de ensino e para o item de maior desvio-padrão, sobre cordialidade de atendimento docente (2,5).

<b>RESULTADOS DESCRITIVOS SOBRE AUTO-AVALIAÇÃO DISCENTE</b>				
	<b>Média</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>Máx</b>	<b>Mín</b>
1. Li o Plano de Ensino até a 2ª semana de início do curso.	<b>8,9</b>	<b>1,9</b>	10	1
2. Mantenho contato pelo menos 1 ou 2 vezes por semana com meu (minha) professor(a) por meio das ferramentas de interação.	8,5	2	10	1
3. Cumpro os prazos estipulados no Plano de Ensino para a realização das atividades do curso.	8,7	<b>1,8</b>	10	1
4. Acesso os links para leituras complementares e sites externos.	8,6	<b>1,9</b>	10	1
5. Pesquiso outras fontes relacionadas ao conteúdo da unidade.	8,6	2,2	10	1
6. O conteúdo da unidade é de meu interesse.	8,5	2,1	10	1
7. Elaboro um planejamento pessoal para estudo e elaboração das atividades do curso.	<b>8,3</b>	2,1	10	1

**Tabela 3: Resultados descritivos sobre a auto-avaliação discente.**

Observando a última dimensão, com itens de auto-avaliação discente, percebe-se que os alunos foram menos benevolentes consigo mesmos, em relação à avaliação do curso e à avaliação docente. Apesar disso, as médias continuam altas e os desvios-padrões elevados, com exceção dos itens 1,3 e 4. O item com maior média foi o de “Leitura do plano de ensino” e o de menor média foi o de “elaboração de planejamento pessoal para estudo”. A primeira dimensão avaliada teve média geral de **9,1** e desvio-padrão de **2,2**. As dimensões seguintes, respectivamente foram: Média **9,1** e DP: **2,3** e Média **8,5** e DP **2,0**.

Quando perguntados sobre qual o tempo em média de dedicação ao estudo do curso (horas/semanais), o resultado foi de **9 horas semanais**. A média de auto-avaliação de aprendizagem no curso é de: **8,3**. Sobre o **alcance**

**de expectativas pessoais** ao final do curso, 64% consideram que suas expectativas foram atendidas totalmente, 32% consideram que parcialmente e 4% consideram que não foram alcançadas.

### **Considerações finais**

Tendo em vista ser a educação a distância o modo mais apropriado de atendimento a grandes contingentes de estudantes de forma mais efetiva e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços em decorrência da ampliação do público atendido, a oferta em ambiente virtual ganha, sobretudo, capilaridade, podendo ser disseminada dentro e fora do Brasil e, também, figurando como apoio à modalidade presencial de ensino.

A opção pela modalidade a distância acompanha as novas tendências educacionais e demandas sociais por um ensino ágil, célere e qualitativamente superior, que distingue-se como uma modalidade não convencional de educação, sendo capaz de atender com grande perspectiva de eficiência e qualidade aos anseios de universalização do ensino. Aliados a isso, a perspectiva de permanente atualização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos de forma cada vez mais intensa pela cultura humana, fortalecem o propósito de disseminação da língua de sinais como principal indicador de inclusão social da pessoa surda.

Por fim, ressaltamos que a avaliação dos estudantes ratifica o potencial educacional da internet, uma vez que, conectado à rede, o cidadão tem condições de interferir diretamente na construção de seu próprio aprendizado, tornando-se, efetivamente, sujeito de sua própria história. A pesquisa em tempo real, o acesso a uma fonte diversificada de saberes, informações e conhecimentos permite a análise, a reflexão e a crítica em relação aos conteúdos estudados, democratizando o acesso ao conhecimento e à cultura, ampliando o repertório do estudante, permitindo-lhe intervenção direta - não apenas como espectador-, na relevância dos conteúdos propostos para sua formação.

Consolida-se, em extensão, a intencionalidade formativa da UCB Virtual, cujos perfis profissionais dos egressos agregam valores voltados às práticas inclusivas e de responsabilidade social.

Apesar dos desvios-padrão encontrados, evidencia-se um olhar bastante positivo em relação à oferta da disciplina virtual, o que, sem dúvida, impele não só a universidade analisada, mas tantas outras Instituições de Ensino Superior, a refletir sobre novas possibilidades de inclusão social e de compreensão da diversidade humana que temos em nosso país a partir de modelos inovadores em EAD.

### **Referências bibliográficas:**

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2000*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 14 abr 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei 10.436*, de 24 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto nº 5.626*, de 22 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos. Caminhos para a Prática Pedagógica*, vol. 1. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

DEMO, P. *Conhecimento e vantagem comparativa: O público e o privado*. nº 5 - Janeiro/Junho – 2005, p. 191-207.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*, nº 28, p. 164-173, jan/abr, 2005.

Dutra, C. P. *A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação de alunos surdos*. Disponível em <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/compar3.php>. Acesso em: 24 abr. 2011.

FERRAZ, B. T. Função social da universidade e políticas de ação afirmativas no Brasil: elementos para discussão sob o prisma da avaliação institucional. *Revista África e Africanidades*. Ano I - n. 2 – Agosto. 2008.

NUNES, I. B. Noções de educação a distância. *Revista Educação a Distância*, nº. 4/5, Dez./93-Abr/94 Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância, pp. 7-25.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Sordera y defectos de audición*. Nota descriptiva nº 300, Abril/2010. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs300/es/>. Acesso em: 24 abr. 2011.